

NOVAS QUESTÕES E CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO

Carlos Nuno Castel-Branco

Nesta secção do *Desafios para Moçambique 2017* tínhamos como objectivo apresentar, de forma tão sistemática quanto possível, a trajectória intelectual da nossa análise crítica sobre a economia política do sistema de acumulação de capital em Moçambique. Mostrámos que a nossa trajectória intelectual foi fortemente influenciada pelos desafios e questões práticas e concretas que o percurso da economia nacional, e a sua integração na economia mundial, nos foram colocando, e pela crítica dialéctica que obrigava a pensar na unidade das partes e nas tensões e contradições do todo, isto é, descobrir a essência do sistema de acumulação, evitando que nos perdêssemos no engano e na tentação de tomar as partes isoladas como mundos autónomos e desconexos. Este desafio conduziu-nos a conceitos descritivos da essência do sistema de acumulação capitalista nas condições históricas específicas de Moçambique e dos seus mecanismos internos de expansão, crise e transformação, como são os casos de «economia extractiva» (descritiva das estruturas de acumulação), «porosidade económica» (descritiva dos mecanismos de ligação entre o Estado, o capital doméstico e o capital multinacional) e «dialéctica ligações-agentes» (instrumento de investigação da base histórica da economia política de Moçambique, que adaptámos da leitura crítica da literatura sobre a economia política da África do Sul). Estes conceitos e a sua base histórica permitiram-nos unir, numa única narrativa dialéctica, questões aparentemente tão desconexas ou paradoxais como estruturas produtivas e a rigidez do mercado financeiro doméstico relativamente aos estímulos financeiros expansionistas, o rápido crescimento económico e a perda de eficácia da economia em reduzir pobreza, a aceleração do investimento e o afunilamento da base produtiva, o aumento dos números de milionários e de pobres (num rácio aproximado de um novo milionário para 2000 novos pobres), o aumento de enclaves económicos e a expansão de ligações desindustrializantes, entre outros. Além disso, também nos permitiram prever e explicar a crise estrutural do processo de acumulação, o qual tem na bolha económica uma manifestação conjuntural, concreta e específica. Interrogando, questionando e esclarecendo, a nossa pesquisa também criou novos desafios. O estudo da economia política de Moçambique e da sua inserção na África Austral e no mundo tem de ser aprofundado e ajustado, continuamente, às condições históricas, que vão

mudando. A dimensão macroeconómica da economia política de Moçambique precisa de ser mais sistematicamente entendida, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento das estruturas produtivas com o emprego, o investimento público e privado (nacional e estrangeiro), a base fiscal, a balança de pagamentos e o sector financeiro, e aos modelos específicos de como a porosidade económica funciona. A explosão e a implosão da bolha económica têm o potencial de mudar as relações entre a economia nacional e o sistema financeiro internacional, bem como o papel do Estado na promoção do processo de acumulação de capital, e estas dinâmicas de mudança têm de ser acompanhadas e estudadas. Portanto, a nossa investigação terá de conseguir sistematizar e relacionar a informação sobre investimento privado e público, financiamento da despesa pública e do investimento privado, estruturas e dinâmicas financeiras, e o papel das políticas económicas, em especial das políticas fiscal e monetária e da relação entre elas.

Grupos económicos emergiram nestas estruturas de acumulação, e, com eles, desenvolveram-se práticas corporativas específicas, tais como o investimento cruzado, ligações financeiras e produtivas, novos modelos de gestão, a superação das fronteiras tradicionais das firmas através de ligações formais e informais com fornecedores e clientes, diferentes formas de domínio do mercado, diferentes formas de organização industrial e de competição e cooperação, acordos oligopolistas, formas específicas de organização do financiamento, experiências sobre ligações empresariais, entre outros. Estas questões, que são vitais para entender como as dinâmicas globais de acumulação estruturam a base produtiva, e como esta afecta essas dinâmicas globais, têm de ser pesquisadas através de estudos de caso de indústrias e de cadeias produtivas específicas.

Os grandes projectos mineiros, energéticos, florestais e agrícolas têm impactos na posse e na expropriação da terra, no reassentamento das pessoas e dos seus modos de vida, na deslocação, localização e reconstrução de infra-estruturas, na prestação de serviços, nas estruturas e dinâmicas produtivas e de emprego, na migração económica e social, e na natureza e dinâmicas da descentralização política e dos programas de desenvolvimento. Estas relações, tensões, conflitos, antagonismos e experiências de superação e progresso, entre grandes tendências e o desenvolvimento local, têm de ser mais bem compreendidas, como partes de um todo, que é o sistema de acumulação de capital.

O estudo sobre o emprego terá de responder a três questões básicas: a caracterização dos mercados de trabalho, como se diferenciam, como funcionam e como são afectados pelas tendências económicas e sociais e pelas dinâmicas na África Austral; como é que as dinâmicas de acumulação e de competição entre capitais estruturam o emprego e as suas tendências, as relações de trabalho, os salários e as condições, negociações e lutas laborais, bem como as qualificações, a organização e a produtividade do trabalho; que transformações é que a introdução de novas grandes dinâmicas económicas, como o ProSavana, provoca nas estruturas de emprego e nas condições de reprodução. Um dos pontos de partida desta análise é construir um siste-

ma de informação sistemática sobre o emprego sectorial, incluindo as condições de emprego e de produtividade, a sua mobilidade intra e intersectorial, as tendências associadas com as migrações da força de trabalho, e as formas de organização social do trabalho em condições económicas específicas, dentro do País e diferenciadas por região. A pesquisa deverá, igualmente, incidir sobre as formas de organização e resistência e luta social em torno do emprego e condições de emprego, e como elas evoluem em relação com as dinâmicas do capital, da organização social e do papel do Estado nesta luta.

A compreensão da economia política de Moçambique requer uma análise contínua das dinâmicas de crise, ajustamento e estabilização, as quais podem mudar em função da natureza de cada crise e das respostas que lhe são dadas. Estudar a configuração da crise actual e das respostas políticas e económicas, incluindo, em particular, as respostas específicas à crise da dívida e à necessidade de estratégias de reestruturação anticíclicas, constitui, assim, um assunto central da pesquisa.

A análise da crise transcende as peculiaridades de cada crise. Nas últimas seis décadas, a economia de Moçambique foi afectada por várias crises, definidas como rupturas no processo de acumulação de capital manifestadas por contracção do PIB, do investimento e do emprego, e pela deterioração da sustentabilidade fiscal e da conta corrente. As crises seguiram-se a períodos de rápido aumento do investimento e aceleração do crescimento económico, durante os quais a economia parece ter perdido a capacidade de se reproduzir e sustentar o impulso inicial. Algumas das crises, como a da primeira metade da década de 1980-89 e a da segunda metade da década 2010-19, foram/são tão graves que a economia só recuperou ou vai poder recuperar com recurso a pacotes substanciais de resgate financiados por ajuda externa e profunda reestruturação da dívida. A literatura sobre economias subdesenvolvidas enfatiza o papel da dependência de produtos primários e integração desigual no capitalismo global como explicações das crises. Permanece por explicar a reprodução destas estruturas de acumulação ao longo da história bem como a sua relação com dinâmicas domésticas de acumulação. A nossa pesquisa deverá olhar para três questões: (i) o que é comum e diferente entre as crises e se há estruturas e mecanismos de reprodução de instabilidade e crise associados aos factores impulsionadores da aceleração da economia; (ii) qual é a lógica histórica que explica tanto a reprodução dos factores comuns de crise como as particularidades de cada crise, e como é que esta lógica é associada com as dinâmicas globais e domésticas de expansão, crise e reestruturação do capitalismo; (iii) que lições podem ser aprendidas desta análise para os desafios e opções de transformação económica e social.

Como foi argumentado ao longo deste artigo, o sector financeiro ajusta-se às dinâmicas de acumulação para delas tirar proveito, mas também estrutura as dinâmicas de acumulação de acordo com os seus interesses. Áreas cruciais de estudo são a actual crise financeira e as respostas políticas que lhe são dadas, a relação entre as políticas fiscal e monetária, entre a dívida

externa e a interna, entre as dinâmicas da dívida e as do financiamento da economia, assim como a evolução das estruturas do sector financeiro, incluindo o impacto de resgates de bancos e de possível reestruturação e maior concentração e centralização.

Cada uma destas questões tem uma dimensão regional e global que temos de aprender a explorar e a considerar mais sistematicamente.

A pesquisa tem de avançar mais sistemática e concretamente no que diz respeito à sua contribuição efectiva para a transformação das estruturas e dinâmicas de acumulação. A investigação com o método de economia política e com o foco no todo, o sistema social e a acumulação de capital, dá-nos vantagens importantes no que diz respeito à compreensão das dinâmicas, estruturas e relações dialécticas entre ligações e agentes, entre processos económicos e as suas motivações sociais em contextos históricos específicos. A pesquisa tem de usar estas vantagens para avançar, mais concretamente nas perspectivas transformativas. A história da economia de Moçambique mostra que a transformação começa com o que existe, que se apoia no que existe, e que tem de considerar as condições de reprodução. A alternativa é gerar impulsos de crescimento de curto prazo, que invariavelmente terminam em crises, mais ou menos agudas, como aconteceu ao longo das últimas seis décadas de história económica em Moçambique. Esta relação entre ligações, agentes e as dinâmicas de reprodução, transformação e crise precisam de ser mais bem entendidas e mais bem aproveitadas para articular opções e processos de transformação económica. O objectivo não é produzir receitas e modelos (*blueprints*), nem focar-se apenas em eventos concretos do dia-a-dia, perdendo a visão do todo. Pelo contrário, a ideia é usar a perspectiva sistémica e dialéctica que nos é dada pelo nosso método de economia política para avançar o debate sobre implicações da crítica para as opções, os caminhos e as lutas sociais.

Um dos pontos de partida para o avanço da pesquisa e do debate está relacionado com as expectativas da sociedade sobre os actuais padrões de desenvolvimento. O discurso público enfatiza a necessidade de gerir as expectativas em torno do sistema extractivo, querendo dizer que as expectativas das comunidades e dos cidadãos devem ser reduzidas, adiadas, silenciadas ou anuladas, para dar lugar a que as expectativas do capital possam concretizar-se a curto prazo. A aceleração do retorno financeiro para os accionistas das empresas do sistema extractivo é muito mais relevante, no discurso público, do que a geração de emprego decente, a produção de comida a baixo custo, a diversificação articulada da base produtiva, a industrialização local, nacional e regional, a protecção ambiental, o desenvolvimento de novos modos de vida para os expropriados, etc. A energia de mudança não pode vir do bloqueio das expectativas. Pelo contrário, deverá emergir da articulação política dessas expectativas como agenda de luta social. Não é abafando (ou gerindo, como se diz na gíria oficial), mas, pelo contrário, promovendo, esclarecendo e articulando politicamente as expectativas da sociedade e dos cidadãos comuns sobre a sua economia e sobre o sistema extractivo que a domina que será possível mobilizar a energia social para o processo de transformação económica e social.

Outra questão recorrente no debate é a necessidade de produzir mais, mas a nossa pesquisa mostra que «o quê, como, para quê e com quem e para quem» é mais importante do que «mais», pois a pesquisa mostra a importância da transformação da economia, das condições de trabalho e de produtividade, dos centros e dinâmicas de acumulação e dos padrões de apropriação, distribuição e utilização do excedente para se poder produzir mais, com maior estabilidade e com impacto económico e social mais positivo.

Duas outras questões relacionadas, e igualmente correntes no debate, são a necessidade de tirar o foco analítico dos megaprojectos e da problemática da dívida pública, e a de diversificar a economia. No que diz respeito à primeira questão, os megaprojectos e a crise da dívida existem, reproduzem-se, são dinâmicos e estruturantes da economia. Portanto, a questão é como lidar com eles no processo de desenvolvimento e transformação, e não como os ignorar.

Por um lado, eles são estruturantes e formam parte dominante de um todo, pelo que não é possível entender e transformar partes do todo sem equacionar os seus elementos estruturantes. Por outro lado, a experiência mostra que a tentativa de desviar a atenção destes factores estruturantes contribuiu para a crise da economia. A nossa pesquisa revela opções que tornam possível partir destas questões, em vez de as ignorar, para a transformação efectiva da economia. Sobre a diversificação da economia – assunto ignorado durante duas décadas, mas que se tornou moda, pelo menos em retórica –, a questão central não é apenas ter um leque de actividades mais amplo, tais como maior diversidade de produtos primários de exportação ou de produtos finais montados em linhas de produção dependentes de importações. Estas abordagens pouco mais fazem do que ampliar a magnitude das tendências de instabilidade e crise para a economia como um todo, ainda que possam expandir oportunidades de negócio para empresas particulares. Primeiro, é preciso identificar que problemas essenciais, e não apenas aparentes, queremos resolver. A nossa pesquisa revela como esta questão se transforma no centro das tensões, dos conflitos, do antagonismo e das lutas sociais. Por exemplo, o enfoque em maximizar o influxo de capitais externos para acelerar a capitalização das classes capitalistas nacionais activou as condições estruturantes de crise, instabilidade e ruptura, tornou a economia dependente dos estímulos externos, atrofiou o mercado doméstico e impediu a expansão e a reprodução do emprego, embora tivesse levado a que o investimento externo, o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações crescessem rapidamente. Segundo, é preciso considerar quais são os pontos de partida para a transformação económica e como é que se interligam, constroem e potenciam transformação, isto é, o que existe na económica que é dinâmico e central para gerar energia transformativa, mesmo que essas actividades e estruturas tenham de ser transformadas. A nossa pesquisa sobre as crises económicas mostra que ignorar as condições materiais existentes tende a activar instabilidade e crise, mas também revela opções de transformação que partem dos megaprojectos, nomeadamente associadas à transferência de recursos para diversificação e promoção de industrialização selectiva. Terceiro, é

preciso localizar fontes de energia e de crise – por exemplo, a crise da dívida pública é uma fonte de instabilidade, mas também é uma fonte de energia transformativa, revelando tensões, conflitos e paradoxos fundamentais das estruturas económicas que as políticas económica e de investimento podem ajudar a resolver. As questões a resolver, os pontos de partida e as fontes de energia e de crise formam um todo, e não podem ser resolvidos por partes. Aliás, cada um destes elementos coloca desafios e perguntas que ajudam a resolver os outros e o todo, como se, figurativamente falando, se tratasse de um sistema de equações simultâneas. Portanto, «diversificar» precisa deste tipo de qualificação – para resolver o quê, a partir de quê, com o quê e que desafios há.

Nos próximos anos, a nossa pesquisa pode ajudar a enfrentar algumas destas questões, focando-se em quatro fundamentais, nomeadamente: (i) estudos industriais, com uma perspectiva regional, com enfoque na compreensão das dinâmicas produtivas, organização industrial, emergência de grupos económicos e fontes de rentabilidade, acumulação e produtividade e financiamento; (ii) estudos laborais, sobre mercados, dinâmicas, tendências e condições de emprego, e organização e lutas sociais relacionadas; (iii) dinâmicas e tendências dos fluxos de recursos e da sua base institucional (políticas, normas, enfoques, etc.), com foco no financiamento e na despesa pública, no desenvolvimento do sistema financeiro, na interacção entre finanças e a base produtiva, nas suas relações e tensões, bem como no registo e no estudo da resposta às crises e aos factores de instabilidade económica; (iv) continuar a colher informação e analisar as dinâmicas de expansão, transformação, instabilidade e crise da economia na sua perspectiva mais ampla. Em qualquer destes focos de pesquisa, vai ser necessário combinar a construção de sistemas de informação secundária com estudos de caso, e o estudo das dinâmicas e tendências nacionais com as tendências, dinâmicas e pressões da região e do mundo.

Naturalmente, estas questões são sociais e políticas, e não apenas financeiras e económicas, na medida em que: (i) opções de desenvolvimento e, conseqüentemente, definições de prioridades, medidas de sucesso e perspectivas de curto e longo prazo têm carácter social e político, além do que se chama estritamente económico, pois afectam a produção, a apropriação, o controlo e a utilização do excedente e, em última análise, as relações sociais e as condições de vida das pessoas; (ii) tais opções e perspectivas têm impacto nas relações de poder, afectando, portanto, a sustentabilidade do quadro político existente. Logo, a primeira questão que vem à mente, ao discutir mudança e transformação e a consistência entre o curto e o longo prazo, é a seguinte: de que base social e em que condições históricas emergem e se tornam influentes, senão mesmo dominantes, os interesses de mudança, e como é que estes se articulam e definem as prioridades em torno de problemas a resolver e como os abordar, e como é que a pesquisa social pode contribuir para este processo transformativo político? Este é, também, um foco central da investigação.